

Recebimento: 22/10/2019

Aceite: 22/04/2020

O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E APLICAÇÃO NO BRASIL

THE BASKET OF TERRITORIAL GOODS AND SERVICES APPROACH: ITS THEORETICAL FOUNDATIONS AND APPLICATION IN BRAZIL

Ademir Antonio Cazella¹

Monique Medeiros²

Cristiano Desconsi³

Sérgio Schneider⁴

Leandro Guimarães Nunes de Paula⁵

Resumo

O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais vem ganhando espaço enquanto abordagem norteadora para projetos de pesquisa sobre o desenvolvimento territorial sustentável. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo discutir o arcabouço teórico desse enfoque, formulado originalmente a partir da realidade de territórios rurais franceses, para então analisar a sua adoção em estudos semelhantes no Brasil. O procedimento metodológico de base consistiu na revisão da literatura, primeiramente francesa, que está na origem da formulação desse enfoque, no período de 2000 até meados da década seguinte. A bibliografia mais recente sobre o tema, inclusive a elaborada no Brasil, foi analisada de modo a apontar aspectos limitantes do uso do enfoque em estudos sobre o desenvolvimento territorial neste país. A abordagem da cesta analisa a oferta articulada de produtos e serviços que valorize recursos e ativos específicos de territórios rurais a partir de um sistema de governança constituído por atores públicos, associativos e privados. Essa composição de fatores resulta na geração de uma renda de qualidade territorial apropriada por diversos segmentos produtivos e de prestadores de serviços do território. Conclui-se que a mobilização do enfoque para realidades sociais, como a brasileira, necessita de uma maior reflexão sobre os temas da inclusão social, geração de renda de qualidade territorial não limitada à elevação de preços de produtos e serviços, sustentabilidade do desenvolvimento, sistemas de governança territorial que contemplem esses aspectos e investimentos institucionais na formação de atores sociais na arte do desenvolvimento territorial sustentável.

¹ Doutor em Science de l'Homme et de la Société (Centre D'Etudes Supérieures D'Aménagement, França). Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil. E-mail: ademir.cazella@ufsc.br

² Doutora em Agroecossistemas (UFSC). Professora da Universidade Federal do Pará, Cametá – PA, Brasil. E-mail: mmedeiros@ymail.com

³ Doutor em Sociologia e Antropologia (UFRJ). Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, Brasil. E-mail: crdesconsi@gmail.com

⁴ Doutor em Sociologia (UFRGS). Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, Brasil. E-mail: schneide@ufrgs.br

⁵ Mestre em Agroecossistemas (UFSC). E-mail: leandroguimaraesnunes@gmail.com

Palavras-chave: Governança Territorial. Recursos Específicos. Renda de Qualidade Territorial.

Abstract

The basket of territorial goods and services approach has been gaining influence as a guide to research about sustainable territorial development. In this context, the objective of this article is to discuss the theoretical framework of this approach, which was originally formulated based on the empirical reality of rural French territories, to then analyze its adoption in similar studies in Brazil. The methodology is based on a review of the literature, primarily from France, at the origin of the formulation of this approach, from the year 2000 until the middle of the past decade. The more recent bibliography about the theme is examined, including that from Brazil, to identify aspects that limit the use of this focus in studies about territorial development in this country. The basket approach analyzes the articulated supply of products and services, which give value to specific resources and assets of rural territories based on a system of governance constituted of public, and private actors as well as associations. This composition of factors results in the generation of a “territorial quality rent” that is appropriated by several productive segments and service providers in the territory. It is concluded that the use of this approach for social realities such as those in Brazil requires greater reflection on issues of social inclusion, generation of territorial quality rent that is not limited to raising prices of products and services, sustainability of development, systems of territorial governance that contemplate these aspects and institutional investments in the education of social actors about the art of sustainable territorial development.

Keywords: Territorial Governance. Specific Resources. Territorial Quality Rent.

Introdução

Os estudos sobre desenvolvimento ignoraram a importância do espaço geográfico até, pelo menos, o início dos anos 1970. Após quase um quarto de século, as reflexões que associam essas duas noções ganham relevância e o espaço-lugar de desenvolvimento, concebido como mero suporte das atividades econômicas, é substituído pela ideia do espaço-território carregado de vida, de cultura e de potencial de desenvolvimento (LACOUR, 1985).

Em meados dos anos 1990, a perspectiva do desenvolvimento territorial incorporou as noções de redes multi-atores e de intercooperações para apreender a realidade de experiências empíricas. É nesse contexto que Pecqueur (2001) e Mollard (2001) elaboraram a abordagem da cesta de bens e serviços territoriais” (CBST). Frente à crise dos sistemas agrícolas intensivos e às novas recomposições dos espaços rurais, essa abordagem analisa iniciativas de atores locais que articulam ações mercantis e não-mercantis com o propósito de criar uma oferta heterogênea e coerente de atributos territoriais, que valorizem, dentre outros quesitos, o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural. Nessa perspectiva, o papel dos atores sociais públicos, privados e associativos é determinante na configuração de projetos de desenvolvimento que desviem de formas convencionais, puramente economicistas.

Dado o caráter inovador no campo dos estudos sobre desenvolvimento territorial sustentável aportado pelo enfoque da CBST, um grupo de pesquisadores vem desenvolvendo um projeto de pesquisa que pretende adaptar e contextualizar aspectos teóricos e metodológicos dessa abordagem para a realidade do Brasil⁶. Essa reflexão está relacionada à necessidade de adaptar e de construir procedimentos que potencializem processos inclusivos de desenvolvimento territorial, de maneira a contribuir para a redução das desigualdades econômicas e sociais existentes, sobretudo, nas zonas rurais brasileiras.

Inserido no referido projeto de pesquisa, o objetivo deste artigo comporta dois propósitos que consistem, primeiro, na análise dos principais componentes teóricos do enfoque da CBST e, segundo, na identificação de aspectos dessa formulação que demandam ajustes para seu emprego em estudos

⁶ O projeto de pesquisa “O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: modelo de análise do desenvolvimento territorial sustentável”, aprovado junto ao Edital Universal do CNPq de 2018, adota o enfoque da CBST para estudar territórios rurais no estado de Santa Catarina.

de territórios rurais brasileiros. Para tanto, a revisão de literatura figura como o procedimento metodológico de base, a qual pode ser subdividida em dois blocos de naturezas distintas: i) a revisão da literatura, sobretudo francesa, que está na origem da formulação do referido enfoque e cujo período temporal se deu entre o início dos anos 2000 e meados da década seguinte; ii) análise da produção bibliográfica mais recente sobre o tema, inclusive brasileira, com destaque para a percepção de aspectos limitantes do enfoque da CBST que possam contribuir na reflexão de ajustes para a sua mobilização em estudos no país.

O artigo está dividido em cinco partes, além desta introdução. A primeira discute as noções de recursos e ativos territoriais, enquanto componentes chave do processo de construção social da CBST. A segunda analisa os elementos materiais e imateriais que compõem uma cesta de bens e serviços territoriais, a partir da experiência empírica francesa que deu origem a esse enfoque. A terceira parte apresenta o modelo de análise a ser adotado por investigações que busquem identificar recursos e ativos territoriais específicos passíveis de comporem uma CBST bem como identificar e compreender o jogo de atores públicos, privados e associativos implicados com esses recursos e ativos territoriais. A quarta parte aponta cinco aspectos considerados relevantes para adaptar esse enfoque teórico metodológico às realidades socioeconômicas de territórios rurais brasileiros. Nas considerações finais, além de uma síntese de elementos do enfoque considerados mais relevantes, algumas lacunas não supridas neste artigo são sugeridas para novos estudos.

Especificação de recursos territoriais: pedra angular da CBST

O ponto central da abordagem da CBST consiste em identificar fatores a serem explorados, organizados ou revelados de um território, tendo os atores locais como protagonistas desse processo (PECQUEUR, 2005). Essa abordagem deriva de discussões sobre a noção de desenvolvimento territorial enquanto contraponto ao processo hegemônico de globalização econômica. Trata-se de conceber os espaços geográficos enquanto lugares para a criação de recursos específicos, distintos dos utilizados de forma genérica ou deslocalizada, ou como simples matéria-prima (COLLETIS; PECQUEUR, 2005). Os territórios são, assim, entidades socialmente construídas, resultantes de processos particulares de disputas, alianças e coordenação entre distintas categorias de atores sociais, os quais assumem a identificação, a criação e a valorização de recursos latentes, que podem resultar em ativos territoriais específicos.

Os ativos territoriais são elementos “em atividade”, enquanto os recursos são elementos a serem explorados, organizados ou revelados. Os recursos, ao contrário dos ativos, constituem uma reserva, um potencial que pode ser transformado em ativo se as condições sociais, econômicas, políticas e culturais forem propícias. Para Perron e Janin (2014), pode-se considerar como recurso todo objeto material ou imaterial (saber-fazer, patrimônio cultural, etc.), cujo valor é reconhecido localmente e que, em função disso, pode ser objeto de uma valorização individual ou coletiva.

Em outras palavras, o recurso, ao se tornar ativo, a partir da intervenção de atores sociais no sistema de produção, altera sua natureza. No estágio de virtualidade, tudo pode potencialmente ser um recurso, mas nem tudo se transforma mecanicamente em ativo. A passagem de recurso a ativo, seja ele de natureza genérica ou específica, corresponde a uma metamorfose, o que representa uma mudança estrutural de característica. A metamorfose de recursos em ativos específicos é inseparável da construção social do território, o que implica uma aprendizagem conjunta e cognitiva das características do território. As condições dessa metamorfose não estão no objeto/recurso, mas nas estratégias de atores no processo de produção (COLLETIS; PECQUEUR, 2005). Cabe assinalar que a definição de recursos não se restringe a processos de valorização de produtos econômicos, pois inclui também bens e serviços culturais, atrações turísticas e patrimônio natural, sendo, portanto, transversal a todo tipo de atividade de um território (PERRON; JANIN, 2014).

Tanto os recursos como os ativos podem ser genéricos e específicos. Os genéricos são totalmente transferíveis, independentemente da aptidão do lugar e dos atores onde e por quem são produzidos. Seu valor tem como único parâmetro a valorização monetária alcançada no mercado. Já os recursos ou ativos específicos, por sua vez, são de difícil transferência, pois resultam de um processo de negociação entre atores sociais que dispõem de diferentes competências funcionais e percepções dos problemas (PECQUEUR, 2005). Quase sempre associados à valorização em mercados locais ou em circuitos curtos de comercialização, esses últimos dispõem de atributos cognitivos que os vinculam ao território. Com efeito, a transferência para outro território modifica suas características primordiais.

A revelação de recursos específicos de um território representa, por si só, uma inovação. Quando saberes diferentes e heterogêneos são articulados, novas configurações e conhecimentos territoriais podem ser produzidos. A metamorfose de recursos em ativos específicos é indissociável da história e de um processo de aquisição de conhecimento coletivo e cognitivo de um dado espaço geográfico (PECQUEUR, 2005; PECQUEUR; KOOP, 2020). Em outras palavras, trata-se de gerar vantagens diferenciadoras entre territórios, que tenham por princípio as seguintes questões norteadoras: i) como fazer o que os demais territórios não sabem ou não podem fazer? ii) como fazer diferente e melhor do que é feito nesses territórios?

É nesse sentido que o inventário de recursos territoriais deve ser realizado com imaginação e criatividade, a fim de transformar valores simbólicos e, eventualmente, aspectos negativos em projetos de desenvolvimento⁷. Para Mollard (2001) e Pecqueur (2002), o território representa o *locus* de construção de recursos e ativos específicos, condição para a criação de bens diferenciados. Conforme visto, um recurso específico representa um atributo territorial de difícil transferência para outro local. Ele é intrínseco ao território e não pode ser encontrado, de maneira idêntica, fora do território de origem. Exemplos de recursos específicos transformados em ativos estão presentes em inúmeros casos de valorização da qualidade de produtos e serviços a partir de sistemas de indicação geográfica (IG)⁸.

A formulação do enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: o caso Baronnies

Uma CBST pode ser definida como a articulação de ações mercantis e não-mercantis entre atores locais – públicos, privados e associativos – com o propósito de criar uma oferta compósita ou heterogênea de atributos territoriais. Os mecanismos mobilizados para criar uma cesta se estruturam sobre três princípios básicos: i) a constituição de uma imagem específica, caracterizando os produtos e serviços do território, ou seja, a incorporação do simbólico e do material; ii) a priorização dos mercados locais e regionais em detrimento dos mercados distantes, para forçar o consumo *in situ*, com o propósito de promover o reconhecimento dos produtos e serviços da CBST pelos consumidores – turistas, moradores locais e de residências secundárias; iii) a construção de um sistema de governança territorial (MOLLARD, 2001; PECQUEUR, 2001). A questão central consiste em transformar empreendimentos isolados uns dos outros de forma a criar uma oferta conjunta, diversificada e coerente de ativos territoriais.

O estudo pioneiro que deu origem ao enfoque da CBST foi realizado no território de Baronnies, localizado no Departamento de Drôme, sul da França, nos anos 1990⁹. Trata-se de um território rural em região de montanha, com aproximadamente 30 mil habitantes, excluído do processo de modernização da agricultura e relegado à marginalização econômica nos anos 1960-70. No entanto, essa situação começou a ser revertida em meados dos anos 1980 com a crescente valorização turística e de residências secundárias em zonas rurais com baixa densidade demográfica, mas com elevada biodiversidade, notáveis atributos ligados às amenidades rurais (paisagens, relevo montanhoso, silêncio, flora, fauna etc.), patrimônio arquitetônico preservado, tradição de produtos típicos e serviços públicos e privados de qualidade (HIRCZAK *et al.*, 2008a).

Na Baronnies, o tradicional azeite de oliva IG de Nyons, com árvores milenares cultivadas em terraços, figura como produto líder capaz de promover um conjunto de outros produtos e serviços, com destaque para diferentes alternativas de turismo rural. Além dos derivados de oliva, a lavanda fina com IG, óleos essenciais, plantas aromáticas e vinhos locais constituem um conjunto de produtos específicos do território. A articulação entre os diversos produtos permitiu a criação de uma cooperativa que passou a coordenar o processo de oferta desses produtos, assim como a desenvolver inovações em termos de serviços a turistas e população local associados à imagem dos produtos e das paisagens do território (HIRCZAK *et al.*, 2008b).

⁷ Mais informações sobre projetos de desenvolvimento territorial centrados na valorização de recursos territoriais específicos podem ser encontradas em Carrière e Cazella (2006) e Glon e Pecqueur (2016).

⁸ Os produtos e serviços com IG são provenientes de áreas geográficas delimitadas, com características históricas, culturais, edafológicas e climáticas particulares, além de possuírem uma reputação de qualidade assegurada tanto por normas de produção quanto por práticas tradicionais.

⁹ Na página do Laboratório de estudos da multifuncionalidade agrícola e do território da UFSC, é possível acessar o vídeo “Em busca da cesta de bens: um novo olhar sobre o desenvolvimento territorial”, que apresenta o processo de concepção da CBST a partir do estudo pioneiro realizado em Baronnies.

As pesquisas sobre esse processo resultaram na formulação do modelo de cesta de bens e serviços, capaz de gerar uma renda substancial para os produtores e prestadores de serviços. Essa renda adicional resulta do encontro positivo entre a oferta e a demanda de produtos e serviços locais de qualidade, os quais intensificam a circulação de turistas na área (HIRCZAK *et al.*, 2008a). O ponto máximo de maturação de um território reside na geração de uma renda de qualidade territorial (RQT), propensa a superar aquelas obtidas por meio das vendas de produtos e de serviços de qualidade superior de forma isolada ou desconectada entre si. Nessa concepção, o próprio território é o “produto” comercializado. A esse processo que propicia esse ponto máximo, Pecqueur (2001) e Mollard (2001) denominaram de cesta de bens e serviços territoriais.

No caso de Baronnies, a RQT decorre tanto do maior preço praticado, em especial para o caso do azeite, quando comparado a produtos com características organolépticas semelhantes, quanto do aumento de consumo do produto líder e dos demais bens e serviços da cesta. Ou seja, nem todos os produtos registram elevação de preços decorrentes do chamado efeito cesta, mas apresentam uma maior demanda (MOLLARD, 2001; HIRCZAK *et al.*, 2008a e 2008b; PERRON; JANIN, 2014).

Os primeiros resultados de pesquisa sobre a cesta de bens suscitaram críticas, tendo por base o argumento que se tratava de um caso isolado que representaria mais uma exceção do que a regra. A realização de estudos de caso em outras zonas com contextos comparáveis ao de Baronnies demonstrou, no entanto, efeitos similares. Com potencial semelhante de recursos, as oportunidades de desenvolvimento eram valorizadas de formas diferentes nos distintos casos estudados, com clara vantagens onde os atores públicos e privados cooperavam entre si para apoiar esses processos de valorização (HIRCZAK *et al.*, 2008a).

Os estudos de caso realizados em territórios de oito diferentes departamentos franceses permitiram a construção de uma tipologia do efeito cesta. Essa expressão é empregada para demonstrar que se constatam, na prática, arranjos diferenciados nos territórios, com particularidades na sua composição e organização, dos elementos constitutivos de uma CBST. Nesses estudos, optou-se de forma deliberada por não contemplar zonas especializadas em um único produto, mesmo se beneficiada por uma IG, nem aquelas caracterizadas pela hegemonia da agricultura produtivista. Em análises mais recentes, os pesquisadores implicados na elaboração dessa abordagem correlacionam o modelo de desenvolvimento territorial da cesta de bens com os preceitos da sustentabilidade, sobretudo no que se refere ao meio ambiente. A CBST é incompatível com espaços geográficos marcados pela degradação ambiental, onde se tenham erodido as virtualidades do cenário. Além disso, esse enfoque é apropriado tanto para territórios rurais marginalizados que se beneficiaram pouco do modelo desenvolvimento agrícola produtivista, quanto para territórios cuja trajetória apresenta maior dinâmica econômica (PERRON; JANIN, 2014; GLON; PECQUEUR, 2016; YILDIRIM, 2017). Contudo, Campagne e Pecqueur (2014) destacam a sua maior pertinência para o primeiro tipo de territórios, já que as alternativas de desenvolvimento para as zonas rurais marginalizadas são restritas. Assim, a tipologia elaborada por Hirczak *et al.* (2008a), a partir dos estudos de caso em zonas rurais francesas desfavorecidas do ponto de vista socioeconômico, abrange quatro categorias distintas do efeito cesta.

i) O modelo de cesta propriamente dito tem por referência o caso Baronnies, mas foi constatado, também, em outros territórios, a exemplo de Aubrac, onde a tradição de produzir o canivete *laguiole* contou com a associação do queijo *laguiole*, do *aligot* (prato típico a base de queijo e batata) e da promoção do turismo rural.

ii) O modelo de cesta híbrida se caracteriza pela coexistência de sistemas produtivos genéricos e setoriais e de produtos locais de qualidade associados à tradição. Os casos do frango de Bresse com IG e do queijo Bleu de Bresse servem de exemplo, já que recorrem à mesma referência territorial, mas se diferenciam pela qualidade e estratégia comercial, além do fato de coexistirem com cadeias produtivas convencionais. O queijo *Bleu de Bresse* ganhou notoriedade nos anos 1990 a partir da estratégia de “passageiro clandestino” associado ao reconhecido frango desse território. A venda em grandes supermercados atingiu preços relativamente atrativos, mas por pouco tempo, pois seu valor caiu em função da concorrência com outros queijos industriais com características semelhantes, mas com preços mais baixos. A produção de frango com IG enfrenta, por sua vez, a concorrência de duas outras iniciativas de produção de frangos com marcas próprias e com cadernos de normas bastante diferentes da iniciativa pioneira. Esses produtos têm um demanda genérica e a-territorial, mas com uma boa aceitação nos circuitos gastronômicos que utilizam produtos ligados à tradição. Por se tratar de uma zona na qual há a sobreposição de três regiões administrativas

diferentes, a coordenação das iniciativas pelos atores públicos, privados e associativos implicados é de difícil operacionalização e representa o ponto mais frágil do efeito cesta.

iii) O modelo *top-down* está associado à iniciativa do Departamento de Ardèche, que conta com o apoio da região em torno da marca territorial “*Deguste Ardèche*”. A presença de atrativos turísticos ligados às amenidades rurais conta com a existência de diversos produtos de qualidade (vinhos, castanhas, frutas, queijos, carnes e água mineral). Trata-se de uma iniciativa com forte dependência das ações de atores públicos, que carece de um maior equilíbrio a partir da adoção de coordenações mais horizontais e territorializadas da parte dos atores privados e associativos.

iv) O modelo de iniciativas justapostas tem algumas semelhanças com o caso anterior, mas com uma maior impermeabilidade entre atores privados, associativos e públicos. Disso decorre uma maior dispersão das iniciativas de valorização de produtos e serviços por meio da qualidade territorial. A oferta heterogênea de produtos e serviços de qualidade é real, mas nenhum ator formulou claramente a ideia de uma oferta conjunta e menos ainda de adotar os demais preceitos do enfoque da CBST (Hirczak *et al.*, 2008a).

Um exemplo é o comércio eclético de produtos da agricultura orgânica em circuitos curtos de comercialização, com preços diferenciados e promissores para os agricultores e demais feirantes, mas sem maiores referências ao território de origem desses produtos. Os serviços turísticos, embora presentes, não desempenham o papel de operadores de recursos territoriais constatado no modelo anterior. A falta de coordenação dos atores públicos, associativos e privados é neste caso mais acentuada. Na sequência deste artigo será sintetizado o modelo de análise adotado pelos pesquisadores de Grenoble no inventário dessas diversas situações de efeito cesta identificadas nos seus estudos de caso.

Modelo de análise da cesta de bens e serviços territoriais

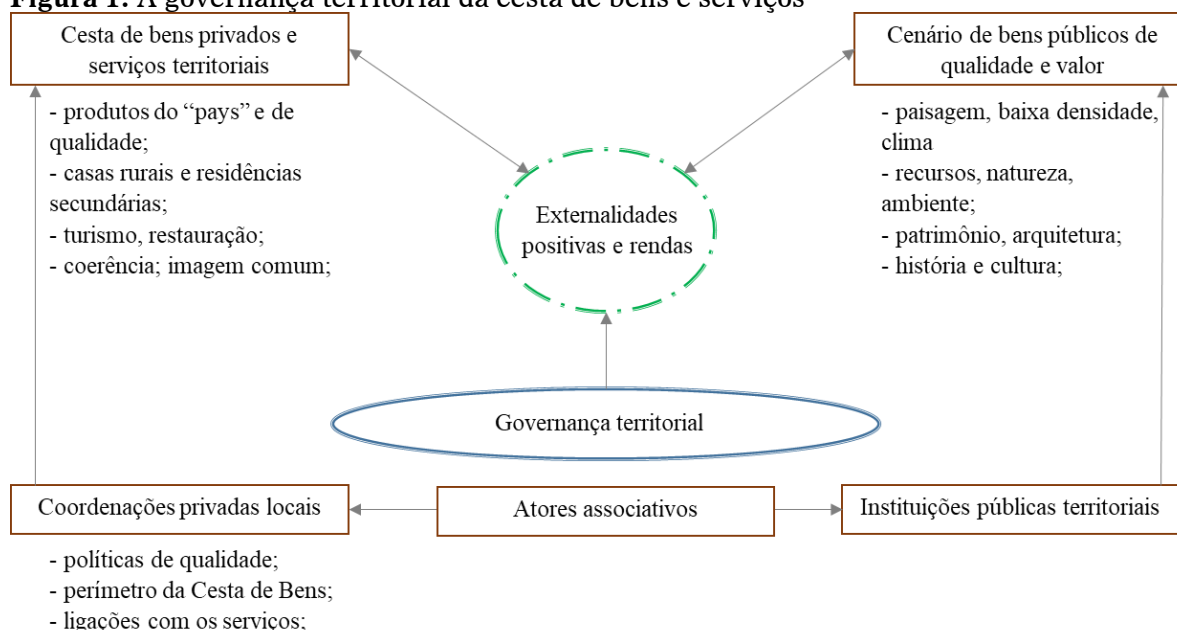
Segundo Hirczak *et al.* (2008a), para a constituição de uma CBST é preciso que os atores identifiquem, construam e consolidem três componentes principais: i) bens e serviços complementares que possuam uma origem territorial comum e uma imagem coerente com o território, dificilmente substituíveis por bens genéricos. Aos modos específicos de produção de qualidade se somam os serviços de qualidade territorial, que facilitam o acesso dos consumidores à cesta de bens e serviços; ii) laços de proximidade e de confiança, os quais podem se expressar em sistemas de venda direta, gastronomia típica e visitas turísticas diversas ao patrimônio paisagístico, histórico e cultural do território. A demanda dos produtos está ligada à qualidade, à reputação e ao (re)conhecimento do território e de suas tradições; iii) bens públicos que desempenham um papel de cenário, ou que colocam o produto em cena. Esses bens estão associados ao ambiente e à natureza (paisagem e biodiversidade), ao patrimônio e à cultura (arquitetura e monumentos), ou ainda à história e às tradições do território. Esse ponto estabelece um forte vínculo do enfoque da CBST com os preceitos da sustentabilidade ambiental dos processos de desenvolvimento.

Percebe-se, assim, que a construção da CBST implica em um esforço adicional dos atores locais na constituição de um sistema de governança territorial. Tal sistema tem a especificidade de se tratar de um processo de coordenação de atores de naturezas diferentes, além de estar relacionado à construção da territorialidade a partir de recursos específicos. Essa forma de governança se destina, portanto, a uma situação mista, que combina proximidade geográfica e atores institucionais (LELOUP; MOYART; PECQUEUR, 2005). Conforme Hirczak, Pecqueur e Mollard (2004), a governança do território é um fator essencial, que pode ou não propiciar a inserção de atores diversos no processo de construção da CBST.

Uma dinâmica de desenvolvimento territorial dessa natureza passa pela construção ou pelo reforço de redes e de formas de cooperação que propiciem sinergias entre atores públicos, associativos e privados. Segundo Campagne e Pecqueur (2014), cada uma dessas categorias de atores caracteriza-se por lógicas e por atribuições diferenciadas, que influenciam a construção de formas de governança adequadas ao processo de valorização dos recursos territoriais: i) os atores públicos das distintas esferas do Estado devem criar e gerir bens públicos a serviço do bem comum, tais como infraestrutura, modos de organização, formas de regulação e descentralização das políticas a fim de produzir bens coletivos que facilitem o desenvolvimento dos territórios; ii) os atores privados que, via de regra, gerem empresas orientadas para a produção de bens e serviços essencialmente econômicos, podem operacionalizar atividades coordenadas por projetos, renovando suas competências e incorporando novos aprendizados a partir de fatores específicos do território; iii) os

atores associativos, ainda que assumam formas diversas – sejam elas orientadas para atividades específicas ou especializadas, sejam mais generalistas no âmbito de problemas locais – são responsáveis pela mobilização dos demais atores e pela elaboração de coletivos materiais (inovação na transformação de produto) e imateriais (organização e formação), os quais serão disponibilizados para o conjunto dos atores envolvidos com a valorização dos recursos e ativos territoriais. A Figura 1, a seguir, sintetiza os componentes e as articulações voltadas à construção da CBST e salienta a importância da governança territorial no desenvolvimento de tais articulações.

Figura 1: A governança territorial da cesta de bens e serviços



Fonte: Mollard (2005); Campagne e Pecqueur (2014). Modificado pelos autores.

As ações compartilhadas ou interativas de pesquisadores, representantes de órgãos públicos, empresas privadas, associações, cooperativas e outros atores territoriais permitem a construção de um sistema de governança territorial, a partir do qual a concepção e a elaboração de projetos territoriais inovadores tornam-se possíveis. A negociação entre atores cujos interesses não são semelhantes resulta na identificação de objetivos convergentes com potencial para originar esses novos projetos. Mesmo que com graus diferenciados e respeitando as lógicas particulares de cada ator mobilizado, os envolvidos podem se aproveitar da “atmosfera” propícia de valorização do território onde atuam (PERRON; JANIN, 2014).

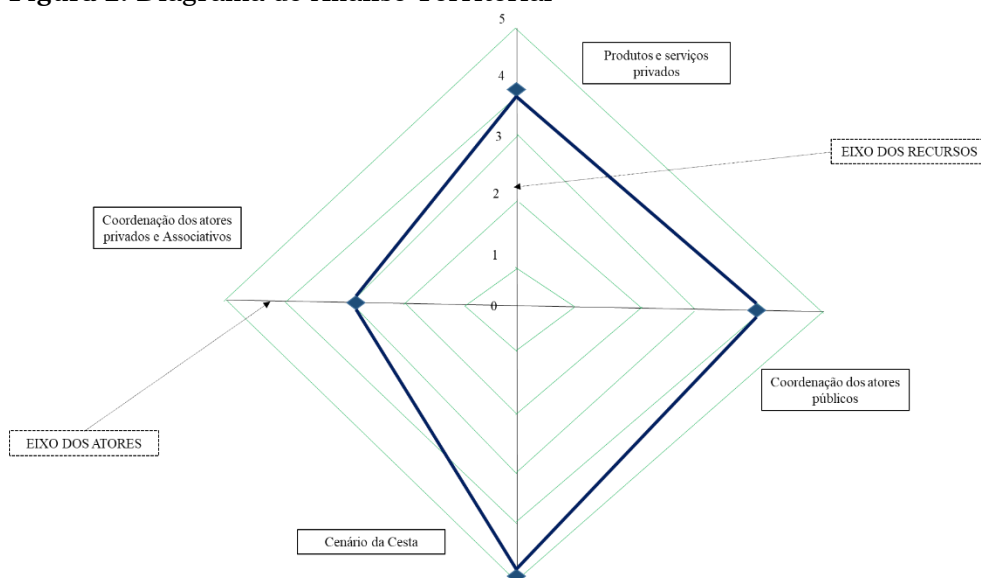
Com o intuito de evidenciar, analisar e monitorar os elementos de composição da CBST, como os produtos de *pays*¹⁰ e de qualidade, serviços, atores sociais e o próprio cenário, os pesquisadores franceses elaboraram um conjunto de ferramentas metodológicas. Trata-se de um diagrama de análise territorial, um modelo de compreensão da formação da RQT e um quadro de organização de estratégias de ações voltadas à consolidação da cesta de bens e serviços territoriais (PECQUEUR, 2001; MOLLARD, 2001; HIRZCAK; PECQUEUR; MOLLARD, 2004; HIRZCAK; MOALLA, 2010; CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014).

No que se refere ao diagrama de análise territorial, dois eixos se entrecruzam e devem ser considerados de forma interacional: o horizontal representa o papel desempenhado pelos atores sociais e o vertical se volta aos produtos, serviços e cenário territoriais. Em uma escala qualitativa que varia entre 0 e 5, o primeiro trata da coordenação ou governança existente entre atores. Embora os atores associativos não sejam destacados nas formulações originais das Figuras 1 e 2, Campagne e Pecqueur (2014) os consideram peça-chave do sistema de governança da CBST. Cabe a eles a difícil e imprescindível tarefa de amalgamar as interações entre os demais tipos de atores. Já o segundo

¹⁰ A referência a “*pays*” tem aqui um significado histórico, que remonta a divisões territoriais anteriores à Revolução Francesa e que permanecem como identidades culturais em algumas regiões. Uma associação a favor da valorização dos “*pays*” históricos pelas políticas públicas foi criada em 1982 como resultado de vários encontros nacionais organizados, desde 1975, por atores do desenvolvimento local. Mais recentemente, essa referência territorial foi integrada às políticas públicas de desenvolvimento rural (CAZELLA, 2002).

eixo se refere aos produtos e serviços privados bem como ao cenário ou aos bens públicos de constituição da cesta propriamente dita. A Figura 2, a seguir, se refere ao caso de Baronnies (HIRCZAK; MOALLA, 2010; ÁLVAREZ *et al.*, 2014).

Figura 2: Diagrama de Análise Territorial



Fonte: Hirzcak; Moalla (2010).

A operacionalização do modelo da CBST na região de Baronnies resultou na identificação de um rico cenário de composição da cesta, o qual recebeu a pontuação máxima de 5 e uma apresentação de produtos e serviços de elevada qualidade, cuja pontuação foi 4. Entretanto, apesar da coordenação dos atores públicos ter uma pontuação alta equivalente a 4, a participação dos atores privados foi avaliada com a nota 3 (Figura 2). A ação proativa da cooperativa de produtores agrícolas a favor da cesta não resultou em maior motivação entre os atores privados que atuam com outros produtos e serviços associados à CBST. Essa maior deficiência da coordenação entre os atores privados fragiliza o sistema de governança territorial como um todo, pois o bom funcionamento desse sistema depende de ações compartilhadas dos três tipos de atores, indicando um aspecto a ser fortalecido para a consolidação da CBST de Baronnies.

Note-se que esse diagrama não permite a comparação entre distintos territórios, já que não se elaborou indicadores mensuráveis que permitam esse tipo de análise. Esse propósito encontra-se em aberto e representa um desafio para programas de desenvolvimento rural que tenham a ambição de envolver diversos territórios e de comparar os distintos resultados correlacionados ao efeito cesta com critérios métricos. A sua formulação original é útil, no entanto, enquanto um instrumento de orientação dos atores sociais implicados com a iniciativa da CBST no sentido de perceberem os pontos frágeis da sua ação coletiva e, com isso, adotarem medidas para superá-los.

O desempenho das inter-relações dos eixos que compõem o diagrama de análise acima resulta em uma renda de qualidade territorial, que pode ser calculada, levando-se em conta fatores como a renda do produtor e os efeitos de qualidade restrita e territorial dos produtos elaborados, além do potencial de preço a ser pago por esses produtos pelo consumidor. O azeite de Nyons da CBST de Baronnies é comercializado pela cooperativa local por um valor de 7€ (Euros) acima do preço de outro azeite também específico, mas produzido em outro território sem a incidência do efeito cesta (MOLLARD; PECQUEUR, 2013; CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014). A metodologia de análise da RQT representa outro aspecto analítico que carece de maior aprofundamento teórico-metodológico de forma a contemplar, minimamente, em que pese a complexidade, o conjunto das principais rendas geradas pelos produtos e serviços que compõem uma dada CBST.

As reflexões dos distintos contextos encontrados nos territórios rurais franceses analisados resultaram na elaboração de um quadro de síntese de estratégias de ação voltadas ao desenvolvimento da cesta de bens e serviços territoriais. Esse quadro é composto pela proposição de oito fases de trabalho que, em tese, comporiam um projeto de pesquisa-ação, a saber: i) a constatação da situação/contexto territorial; ii) o convencimento sobre a importância da valorização das peculiaridades territoriais e a mobilização dos atores territoriais para tanto; iii) identificação de

mercados mais adaptados ao território; iv) reconhecimento das características e atributos (representações, percepções) do cenário; v) conhecimento dos usuários/consumidores existentes e potenciais para os bens definidos como componentes da CBST; vi) estímulo e fortalecimento da governança territorial; vii) elaboração de ferramentas para promover a comunicação (*marketing*) em favor da CBST; viii) garantia da criação de renda de qualidade territorial de bens e serviços inovadores (HIRCZAK; MOALLA, 2010). O tópico seguinte se volta para a identificação de elementos do enfoque da CBST, que merecem ser aprofundados com o propósito de adaptar esse enfoque para as particularidades sociais brasileiras.

Adaptações do enfoque da CBST para o caso brasileiro

A partir do final dos anos 2000, alguns autores têm mobilizado o enfoque da CBST em estudos sobre o desenvolvimento territorial em zonas rurais brasileiras (INÁCIO, 2007; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009; FLEXOR; BENAVIDES, 2009; FARIAS, 2013; DALLABRIDA, 2017; SPERB; SERVA, 2018; MELLO; FROEHLICH, 2019; LINS, 2019) e, de forma específica, da pertinência desse enfoque para analisar processos de constituição de indicações geográficas enquanto estratégia de desenvolvimento rural no país (PELLIN; CURADI, 2019; VIEIRA *et al.*, 2019; CAZELLA *et al.*, 2019; CROUZOUOLON, 2019). Em que pese a originalidade desses estudos no uso do enfoque da CBST no Brasil, nenhum aponta suas limitações decorrentes das nossas especificidades sociais.

Dentre os principais aspectos a serem considerados no processo de adequação do enfoque da CBST para as condições sociais brasileiras, cinco merecem destaque. O primeiro reside no desafio de construir mecanismos que possibilitem a participação de atores sociais que não integram as principais redes sociotécnicas das cadeias produtivas, sejam elas alicerçadas em circuitos longos ou curtos de comercialização, existentes nos territórios rurais. Em um país reconhecido internacionalmente por suas profundas desigualdades sociais, a maior ou menor sustentabilidade das ações de desenvolvimento territorial passa pela existência ou não de contrapartidas, de naturezas diversas, por parte de atores incluídos nessas redes a favor daqueles que, por razões históricas, não lograram o mesmo êxito.

Em última instância, medidas precisam ser formuladas no sentido de contrabalançar as assimetrias de poder existentes nos territórios, tese formulada de forma pioneira por Raffestin (1980) em seu estudo clássico sobre o tema. Para Olivier de Sardan (1995), as assimetrias de poder podem, paradoxalmente, ser aprofundadas ao invés de redimidas pelas ações formais de desenvolvimento. A análise realizada por Bonnal, Cazella e Maluf (2008) de projetos de desenvolvimento territorial apoiados por políticas públicas no Brasil revelam que o acesso a essas políticas está diretamente relacionado à maior capacidade de determinados atores sociais em atuar na arena do desenvolvimento, para empregar a terminologia adotada por Olivier de Sardan, na qual projetos são implementados em um contexto de dominação e de desigualdade.

A título de exemplo, a transposição da tradição das IG de países ibéricos da Europa Ocidental para a nossa realidade se deu sem grandes mediações junto aos consumidores e às distintas organizações sociais que atuam nos territórios rurais, em especial daquelas ligadas à agricultura familiar. Os estudos sobre o tema apresentam o caso do vinho do Porto, em Portugal, como sendo o primeiro registro oficial de uma indicação geográfica, ocorrida em 1756, no continente europeu, mas as indicações geográficas somente ganharam notoriedade enquanto estratégia de desenvolvimento rural a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Enquanto o sistema de IG existente na Europa data de meados do século XX, a legislação sobre o tema no Brasil somente foi aprovada em 1996 (NIEDERLE, MASCARENHAS; WILKINSON, 2017). Mesmo que a abordagem da CBST tenha a vantagem de ampliar a inserção de atores territoriais quando comparada às iniciativas de IG, que se restringem a um único produto ou serviço (FROEHLICH; DULLIUS, 2012; MICHELET; GIRAUT, 2014), nada garante a inserção de atores sociais desfavorecidos nas hierarquias de poder existentes nos territórios. A decisão de incluir, ou não, esse tema na agenda dos atores que participam do sistema de governança territorial de uma iniciativa que utilize o referencial da CBST está diretamente associada ao maior ou ao menor grau de sustentabilidade dessa iniciativa.

O segundo aspecto está relacionado a esse primeiro, mas de forma específica às estratégias de obtenção da RQT. É sabido que, em geral, os produtos alimentares de qualidade superior, a exemplo dos provenientes da agricultura orgânica (sem uso de insumos químicos de síntese e sementes transgênicas), ou que desfrutam de um selo de IG, têm preços superiores a produtos similares, que não integram nenhum sistema de diferenciação pela qualidade. O caso do azeite de

oliva estudado pelos pesquisadores franceses e apresentado neste artigo é revelador dessa dinâmica. Preços elevados implicam em seletividade no perfil de consumidores que adquirem os produtos e serviços da CBST. Para as condições sociais brasileiras, a maior parte da população de um dado território não tem poder aquisitivo para consumir produtos de qualidade do território onde vivem e, não raro, trabalham com os produtos e serviços em questão.

As estratégias de obtenção da RQT podem ser situadas de forma didática entre duas possibilidades extremas: a elevação dos preços em função da maior qualidade e o aumento do volume de venda dos produtos e serviços de qualidade decorrentes de preços mais atrativos para os consumidores. A opção por alternativas que tendam para uma ou outra extremidade define a menor ou a maior capacidade de inclusão de distintos perfis de consumidores pelas iniciativas de desenvolvimento centradas na qualidade de produtos e serviços territoriais. O desafio reside em operacionalizar o modelo de análise da CBST tendo por foco, também, o consumidor local de bens e serviços territoriais e não somente o turista (VOLLET; SAID, 2018), nem as categorias sociais com rendas mais elevadas (REQUIER-DESJARDINS, 2019).

O terceiro aspecto se refere à intrínseca correlação da CBST com o tema da sustentabilidade, sobretudo a ambiental (GLON; PECQUEUR, 2016; YILDIRIM, 2017). Uma cesta de bens e serviços territoriais pressupõe a existência de um cenário constituído pela marcada presença de atributos ambientais preservados. A perpetuação dessa condição ao longo do tempo exige um monitoramento constante que assegure a manutenção desses atributos e promova melhorias de práticas que deterioram o meio ambiente. Por vezes, determinados manejos, mesmo que tradicionais, jogam contra a melhoria do cenário e exigem esforços de convencimento sobre a conveniência de atores locais alterarem comportamentos, tradições e procedimentos técnicos construídos ao longo do tempo.

A coabitação, em um mesmo território dado, de projetos setoriais ligados ao agronegócio com aqueles centrados na diferenciação pela qualidade de produtos e serviços se faz presente na maior parte dos territórios rurais brasileiros. O modelo de cesta híbrida, discutido anteriormente, impõe a negociação de regras que regulem essa coexistência, representando um desafio adicional para os atores territoriais implicados com o sistema de governança do segundo tipo de projetos.

O quarto aspecto adaptativo corresponde justamente à complexidade do sistema de governança territorial para que o efeito cesta ganhe operacionalidade. Trata-se, aqui, de se contrapor, com criatividade e domínio da arte de negociação de conflitos (TORRE; BEURRET, 2012; TORRE, 2016), à visão setorial hegemônica de desenvolvimento agrícola e o seu corolário de gestão focado nas principais cadeias produtivas. Essa tarefa é de difícil execução em um país cujas principais organizações profissionais agrícolas e políticas públicas agropecuárias primam pelo aumento da produtividade de *commodities* agrícolas.

Além disso, o estudo de Lacombe e Casabianca (2018) demonstra que, em contextos sociais marcados por forte diferenciação social, o sistema de governança territorial pode se limitar a produtos emblemáticos, nos casos estudados pelos autores diferenciados por uma IG, desconsiderando outros bens e serviços de qualidade, por mais que as complementaridades preconizadas pelo enfoque da CBST sejam pertinentes. A análise de Hora (2019) sobre o processo de criação de uma IG no sul do Brasil reforça essa tendência e aponta os limites de constituição de um sistema de governança territorial complexo que contemple o desafio da inclusão social e os produtos e serviços complementares.

Dessa particularidade decorre o quinto aspecto, que consiste na nossa maior necessidade de investimentos na formação de produtores, prestadores de serviços, agentes de desenvolvimento e consumidores bem como na promoção de ações coletivas de *marketing* referentes aos signos distintivos de produtos e serviços de qualidade territorial. As experiências brasileiras com processos de qualificação de produtos e serviços rurais associados aos territórios são ainda muito incipientes e a maior parte dos consumidores ignora o significado e os benefícios socioculturais e econômicos dos signos distintivos de qualidade (GROOT, 2020) e, por extensão, de origem geográfica.

Assim, um programa de formação de atores públicos, associativos e privados se faz necessário com o propósito de construir paulatinamente sistemas de governança adaptados a diferentes territórios rurais. Nesse tema, as universidades regionais, institutos de educação, associações de municípios, consórcios intermunicipais, serviços públicos de pesquisa e extensão rural e associações profissionais, culturais, de lazer e de apoio a micro e a pequenas empresas representam o *locus* estratégico a ser mobilizado em torno de ações compartilhadas, que resultem

no incremento de capital cognitivo sobre o desenvolvimento territorial sustentável e, em particular, a CBST.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos o enfoque da CBST com um duplo propósito: apresentá-lo enquanto uma abordagem norteadora para projetos de pesquisa sobre o desenvolvimento territorial no Brasil e identificar elementos da sua formulação original que necessitam ser adaptados para a nossa realidade socioeconômica. Não tivemos a ambição de ser exaustivos nesse esforço adaptativo, pois somente estudos de caso que mobilizem a abordagem da cesta em territórios rurais brasileiros apontarão elementos para esse processo de aprimoramento.

A CBST articula instrumentos de pesquisa-ação voltados tanto para inventariar de forma participativa os recursos e os ativos territoriais específicos quanto para avaliar o estado atual dos diferentes componentes da cesta de bens e serviços de um determinado território. Nesse sentido, essa abordagem pode ser considerada como um roteiro para empreender iniciativas voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável, o qual exige a adoção de ajustes de forma a contemplar particularidades sociais distintas daquelas onde foi concebida de forma pioneira.

Na prática, os territórios rurais apresentam elevada heterogeneidade e apresentam distintas conformações que podem, em alguns aspectos, mobilizar elementos do enfoque da CBST. A esse processo, os autores franceses cunharam a expressão de efeito cesta, que procura contemplar iniciativas territoriais que se aproximam, mesmo que parcialmente, da formulação original. Ao se operar esse tipo de diagnóstico, as atividades de pesquisa fornecem subsídios para que atores territoriais aprimorem suas ações e, no limite, adotem o enfoque da CBST como princípio orientador das ações de desenvolvimento territorial.

Um questionamento recorrente que a CBST suscita é sobre sua pertinência em territórios rurais que não reúnem um conjunto de características exemplares. A resposta a esse questionamento passa por reconhecer que o ato de identificar, inventariar e ativar recursos territoriais específicos, alguns inclusive esquecidos, subestimados ou pouco valorizados pela população local, gera novas dinâmicas territoriais. Nesse sentido, a mobilização e a criatividade dos atores territoriais compensam a menor atratividade ambiental e paisagística de um território. O contrário também é verdadeiro, pois territórios bem servidos de recursos e ativos territoriais específicos, não raro, desperdiçam esse potencial pela carência ou pela fragilidade da atuação coordenada de seus atores. A maior ou a menor capacidade de cooperação e de criatividade social é, portanto, determinante no processo de especificação de recursos territoriais.

A adoção desse enfoque para realidades sociais distintas da francesa necessita de uma maior reflexão teórica referente à sua adaptação. Para o caso brasileiro, os seguintes temas precisam ser aprofundados: o tema da inclusão social, geração de RQT que não se limite à elevação de preços de produtos e serviços, dimensão ambiental da sustentabilidade do desenvolvimento, sistema de governança territorial que contemple essas particularidades e investimentos institucionais compartilhados na formação de atores territoriais, acerca das vantagens diferenciadoras do desenvolvimento territorial.

Além disso, novos estudos precisam ser realizados sobre os seguintes pontos específicos apresentados neste artigo: o diagrama de análise territorial, com o propósito de construir indicadores mensuráveis que permitam comparações entre territórios, a renda de qualidade territorial, de forma a conceber um modelo de análise para a sua estimativa, e o sistema de governança territorial para uma melhor compreensão da sua configuração. Por fim, um tema não analisado, mas que permeia os estudos de caso sobre o enfoque da CBST, refere-se à escala territorial pertinente para que o modelo da cesta seja operacional.

Agradecimentos: Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento do projeto de pesquisa “O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: modelo de análise do desenvolvimento territorial sustentável” (Edital Universal 2018).

Referências

ÁLVAREZ, G.; ABELLA, M.; CAETANO, F.; FRESNO, C.; GARCÍA, R. El cesto de bienes y servicios territoriales: Un útil de diagnóstico aplicado a la Wilaya Argelina de Ain Témouchent. *Anales de*

- Geografía de la Universidad Complutense**, Universidad Complutense de Madrid, v. 34, nº1, p. 105-128, 2014.
- BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, nº 2, 2008.
- CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation**. Paris, Ed. Charles Léopold Mayer, 2014.
- CARRIÈRE, J.-P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, p. 23-47, 2006.
- CAZELLA, A. A. **Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux dans le Département de l'Aude**. Thivernal-Grignon: UMR INRA-INA-PG / Mémoire et Thèses, 2002, v.1, p. 395.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, v. 24 no 3, p. 49-74, 2019.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Révélation de ressources spécifiques et coordination située. **Economie & Institutions**, nº 6-7, p. 51-74, 2005.
- CROUZOUOLON, P. **A implantação da indicação geográfica do queijo Canastra sob as luzes da multifuncionalidade da agricultura : a vaca dos queijos de ouro**. Dissertação, Mestrado em Ecologia Aplicada, Universidade de São Paulo, 2019.
- DALLABRIDA, V. R. Políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil : aportes para um referencial teórico por meio do aprofundamento da concepção sobre território, governança e desenvolvimento territorial. In: EMMENDOERFER, M. L. (Org.). **Organizações públicas, inovações e políticas de desenvolvimento**. Viçosa: IPPDS/UFV, p. 157-179, 2017.
- FARIAS, J. G. **Do pasto à paisagem**. Tese, Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- FLEXOR, G.; BENAVIDES, Z. C. Multifuncionalidade da agricultura e diferenciação territorial no sul fluminense: uma perspectiva em termos de cesta de bens. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 193-208, 2009.
- FROEHLICH, J. M. ; DULLIUS, P. R. As experiências de indicações geográficas no Brasil meridional e a agricultura familiar. In : FROEHLICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento territorial : produção, identidade e consumo**. Ijuí : Ed. Unijuí, p. 225-266, 2012.
- GLON, É.; PECQUEUR, B. **Au cœur des territoires créatifs: proximités et ressources territoriales**. Rennes : Presse Universitaires de Rennes, 2016.
- GROOT, E. Conhecimento sobre os conceitos de selos de qualidade vinculados à agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, nº 1, p. 136-155, 2020.
- HIRCZAK, M. ; MOALLA, M. Le panier de biens et de services. Un nouveau regard sur le développement des territoires. **Rhône-Alpes PSDR/TPR**, 2010.
- HIRCZAK, M.; PECQUEUR, B.; MOLLARD, A. Le panier de biens et de service de qualité: vers un modèle de développement territorial durable? **Montagnes Méditerranéennes**, Institut de Géographie Alpine, nº 20, p. 35-42, 2004.
- HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. **Économie Rurale**, nº 308, p. 55-70, 2008a.

HIRCZAK M.; MOLLARD, A.; RAMBONILAZA, M.; PECQUEUR, B. VOLLET, D. From the basket of goods to a more general model of territorialized complex goods: concepts, analysis grid and questions. **Canadian Journal of Regional Science**, v. 31, n° 2, p. 241-260, 2008b.

HORA, G. B. “Os dois lados da mesma moeda”: inclusão e exclusão territorial de vitivinicultores do contexto da Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe/SC. Tese, Doutorado em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

INÁCIO, H. L. D. **O ecoturismo como vetor de desenvolvimento territorial sustentável**: um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí. Tese, Doutorado em Sociologia Política, Universidade de Santa Catarina, 2007.

LACOMBE, N.; CASABIANCA, F. By products from raising small ruminants: an analysis based on the “baskets of goods” theory: a comparative study of Corsica, Sardinia and Morocco. **13th European IFSA Symposium**, Chania, 2018.

LACOUR, C. Espace et développement: des enjeux théoriques nouveaux face aux contradictions des sociétés contemporaines. **Revue d'Économie Régionale et Urbaine**. Bordeaux, ASRDLF, n° 5, p. 837-847, 1985.

LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale? **Géographie, Économie, Société**, v. 7, n° 4, p. 321-331, 2005.

LINS, H. N. Inovações sociais e desenvolvimento sustentável : sinergismo entre agroecologia e agroturismo no Brasil Meridional. **Revista Iberoamericana de Economia Ecológica**, v. 30, n° 1, p. 58-80, 2019.

MELLO, C. I. ; FROEHLICH, J. M. O bem que falta na cesta : o artesanato no território Quarta Colônia, RS. **Estudo, Sociedade e Agricultura**, v. 27, no 2, p. 282-306, 2019.

MICHELET, J. F.; GIRAUT, F. Construction d'une qualité régionale : la marque Valais ou les vertus et les risques du branding territorial. **Revue de Géographie Alpine**, 102-1, 2014.

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. **Économie Rurale**, v. 263, n° 261, p.16-34, 2001.

_____. Le “panier de biens” des Baronnie. Comment valoriser les qualités spécifiques d'un territoire. **Revue Paysans**, n° 293, p. 01-06, 2005.

MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. **L'essentiel sur le “panier de biens et de services”**. Grenoble, 2013. 21 slides, formato ppt.

NIEDERLE, P. A.; MASCARENHAS, G. C. C.; WILKINSON, J. Governança e institucionalização das indicações geográficas no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n° 1, p. 85-102, 2017.

OLIVIER DE SARDAN, J.-P. **Anthropologie et développement**: essai en socio-anthropologie du changement social. Marseille-Paris: Apad-Karthala, 1995.

PECQUEUR, B. Qualité e développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie Rurale**, n° 261, p. 37-49, 2001.

_____. Politiques publiques, action publique et spécificités territoriales. Multifonctionnalité et territoires: justifications et modalités de la territorialisation des politiques publiques. **Les Cahiers de la Multifonctionnalité**, n° 1, p. 59-71, 2002.

_____. Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. In: ANTHEAUME, B.; GIRAUT, F. (Ed.). **Le territoire est mort: vive les territoires!**: une refabrication au nom du développement. Paris : IRD, p. 295-316, 2005.

PECQUEUR, B. ; KOPP, K. Territorial resources, proximity economics and new urban dynamics: the case of the city of Grenoble. In: DISSART, J.-C.; SEIGNEURET, N. **Local Resources, Territorial Development and Well-being**. Edward Elgar Publishing, p.14-35, 2020.

PERRON, L.; JANIN, C. **Valoriser les ressources territoriales: les clés pour l'action – guide méthodologique**. Grenoble, Suaci Alpes du Nord – Gis Alpes Jura/Université du Grenoble, p.101, 2014.

PELLIN, K.; CURADI, F. C. Potencialidades e limites das Indicações Geográficas (IGs) como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável em Santa Catarina. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa**, São Paulo, v.3, n° 2, p. 3-18, 2018.

RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: Litec, 1980.

REQUIER-DESJARDINS, D. **La consommation “éthique”est-elle un marqueur de classe ?** Qualification, enrichissement et “classe ambitieuse”. HAL-02307391, 2019.

VIEIRA, A. C. P.; LOURENZANI, A. E. B. S.; BRUCH, K. L.; LOCATELLI, L.; GASPAR, L. C. M. (Org.). **Indicações geográficas, signos coletivos e desenvolvimento local/Regional**. Erechim: Deviant, 2019, 485p.

VOLLET, D.; SAID, S. Vers l'identification de paniers de biens et de services liée à la demande locale dans les territoires d'élevage : illustration à partir de la Planèze de Saint Flour et du bocage bourbonnais. **Géocarrefour**, 93/3, 2018.

SPERB, M. P.; SERVA, M. Economia social e solidária, governança e turismo no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável. **Revista de Ciência da Administração**, v. 20, no 50, p. 93-109, 2018.

TORRE, A.; BEURET, J.-E. **Proximités territoriales**. Paris : Economica-Anthropos, 2012.

TORRE, A. La proximité territoriale au cœur des dynamiques de développement des territoires. In: GLON, É.; PECQUEUR, B. **Au cœur des territoires créatifs: proximités et ressources territoriales**. Rennes: Presse Universitaires de Rennes, p. 35-48, 2016.

YILDIRIM, H. **Approche ecosystemique et institutionnelle du développement durable territorial**. Le panier de services ecosystemiques dans la peninsule de Karaburun (Turquie). Thèse, Université de Montpellier, 2017.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.